

A Guerra Fria latino-americana: categoria histórica-conceitual, historiografia e periodização

Latin American Cold War: historical-conceptual category, historiography and periodization

Gianfranco Caterina*

Resumo: Neste ensaio bibliográfico, argumenta-se que o principal motivo de uma maior integração da literatura produzida em inglês, espanhol e português sobre a Guerra Fria na América Latina nos últimos 25 anos está relacionada à crescente adesão à categoria “Guerra Fria” por pesquisadores latino-americanos, convencidos a respeito de sua utilidade analítica, mas precisão relativa para caracterizar a conjuntura internacional do período. Discute-se a conveniência de se utilizar “Guerra Fria” como categoria histórica-conceitual, realiza-se um balanço historiográfico da chamada “nova história da Guerra Fria”, de modo a analisar as particularidades da Guerra Fria latino-americana, suas abordagens teórico-metodológicas e novas questões de pesquisa. A seguir, analisa-se a Guerra Fria cultural na América Latina e suas principais contribuições recentes. Por fim, faz-se um debate pormenorizado sobre a periodização da Guerra Fria na América Latina a partir de leituras críticas de três autores.

Palavras-chave: Guerra Fria, América Latina, historiografia.

Abstract: In this bibliographical essay, it is argued that the main reason for a greater integration of the literature produced in English, Spanish and Portuguese on the Cold War in Latin America in the last 25 years is related to the growing adoption of the category “Cold War” by Latin American researchers, convinced of its analytical usefulness but relative precision in characterizing the international scenario of the period. The advisability of using “Cold War” as a historical-conceptual category is discussed, and a historiographical assessment of the so-called “new history of the Cold War” is conducted to analyze the

* Doutor em História, Política e Bens Culturais pelo CPDOC-FGV (2019). Concluiu estágio pós-doutoral no Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP) com bolsa FAPESP (2021-2024) desenvolvendo um projeto a respeito das possibilidades de cooperação econômica e técnica entre o Brasil e a URSS no setor energético durante o governo João Goulart (1961-1964).

particularities of the Latin American Cold War, its theoretical-methodological approaches, and new research questions. Next, the cultural Cold War in Latin America and its main recent contributions are analyzed. Finally, a detailed debate on the periodization of the Cold War in Latin America is carried out based on critical readings of three authors.

Keywords: Cold War, Latin America, historiography.

Introdução

A produção historiográfica sobre a Guerra Fria na América Latina teve um enorme crescimento ao longo dos últimos 25 anos. Apesar de avanços inquestionáveis em termos teórico-metodológicos e no acesso a novas fontes, permanece uma necessidade de integração da literatura produzida em inglês, espanhol e português – ainda muito dispersa geograficamente e tematicamente.

Gradativamente, isso está começando a ser feito nos últimos tempos. Argumenta-se que o principal motivo para essa mudança é a crescente adesão à categoria “Guerra Fria” por pesquisadores latino-americanos, convencidos a respeito de sua utilidade analítica e relativa precisão para caracterizar uma determinada conjuntura internacional. Essa mudança vem acompanhada da consciência da necessidade de descentralização da narrativa histórica – anteriormente excessivamente concentrada nos planos e ações de Washington – e de reconhecimento de maior capacidade de agência de atores da América Latina. Neste texto, privilegia-se o trabalho de autores/as que utilizaram a “Guerra Fria” como categoria histórica, discutiram seus pressupostos e debateram acerca de sua periodização em publicações em inglês, espanhol e português ao longo dos últimos 25 anos, aproximadamente.

Este ensaio bibliográfico é iniciado por uma discussão teórica. Na primeira seção, a partir de autores que são referência no campo de estudo da Guerra Fria nos Estados Unidos, discute-se a conveniência de se utilizar “guerra fria” como categoria histórica-conceitual, enumera-se e analisa-se os principais problemas de utilização do termo na literatura, faz-se uma breve revisão do debate historiográfico sobre Guerra Fria nos Estados Unidos desde os anos 1950

e delimita-se o lugar epistemológico alcançado recentemente pela América Latina nesse processo.

Em seguida, realiza-se um balanço historiográfico. Inicia-se, a partir do trabalho de autores/as que são referências na chamada “nova história da Guerra Fria”, analisando as particularidades da Guerra Fria latino-americana, as abordagens teórico-metodológicas mais recentes no estudo do campo e algumas das novas questões de pesquisa. A seguir, analisa-se a Guerra Fria cultural na América Latina, seus principais âmbitos de conflito de ideias, contribuições recentes e conexões transnacionais, buscando-se integrá-la, quando possível, aos temas clássicos da política e economia. Por fim, faz-se um debate pormenorizado sobre a periodização da Guerra Fria na América Latina a partir de leituras críticas de Joseph (2010), Harmer (2014) e Pettinà (2018).

Ao realizar essa análise é necessário ressaltar que toda “pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural” (Certeau, 1982, p. 57). Ou seja, como afirma Michel de Certeau (1982), há uma marca “indelével” a partir da “particularidade do lugar de onde falo e do domínio em que realizo uma investigação” (Certeau, 1982, p. 56). Além disso, segundo o mesmo historiador, a “operação histórica” tem dois sentidos: historicizar o atual (tornar presente uma situação vivida) e ter o valor de “representar *aquilo que falta*”, de modo que o lugar que a história destina ao “passado é igualmente um modo de *dar lugar a um futuro*” (Certeau, 1982, p. 88-89; grifos do original).

Com isso em mente, busca-se contribuir para uma reflexão teórica acerca da utilização de uma categoria histórica-conceitual no campo dos estudos da Guerra Fria (na interface entre História e Relações Internacionais), bem como fornecer um panorama recente da produção historiográfica da Guerra Fria na América Latina apontando novas temáticas, métodos e percursos de pesquisa, além de discutir de forma mais aprofundada a questão da periodização do conflito bipolar na região.

A Guerra Fria como categoria histórica-conceitual

a) Guerra Fria como categoria histórica

Ao organizar um livro para debater os diferentes significados da Guerra Fria ao longo da história dos Estados Unidos, Joel Isaac e Duncan Bell (2012) argumentam que reflexões conceituais sobre método, definições e periodizações podem estimular e ajudar a dar forma a estudos ricos em fontes primárias sob os quais o campo é construído. Ambos alertam que isso é necessário pois muitos utilizam a categoria “Guerra Fria” não estão comprometidos com uma “reflexão temática” a respeito desse próprio conceito como fundamento da periodização (Isaac, Bell, 2012, p. 5).

Nesse sentido, a utilização da categoria carregaria sérios problemas. A Guerra Fria poderia ser simplesmente pouco mais do que “um marcador cronológico neutro”, algo escolhido para indicar uma época da política internacional caracterizada pela rivalidade entre Estados Unidos e União Soviética ou uma “cultura política norte-americana ancorada numa série de categorias ideológicas estreitas” (Isaac, Bell, 2012, p. 5). Nessa chave de utilização, a categoria Guerra Fria não guardaria maior significado do que um esquema cronológico balizador como “os anos entreguerras”. (Isaac, Bell, 2012, p. 5). Ademais, como argumenta Anders Stephanson (2012), a utilização da categoria Guerra Fria sem rigor analítico poderia apontar, apenas de forma vaga, para a bipolaridade, enfatizando grandes tensões e ameaças nucleares. Apesar de expressar algo real, mesmo na forma de uma vaga tensão ou terror nuclear, porém, seu caráter amorfo impediria que a categoria adicionasse algo concreto à reflexão histórica ou ao objeto de análise (Stephanson, 2012, p. 21).¹

Como Isaac e Bell (2012) defendem, entretanto, não se deve erradicar a “bagagem ideológica e as possibilidades imaginativas” que acompanham o termo Guerra Fria, já que elas, em grande parte, é que concedem “pertinência e poder descritivo” ao próprio termo que certamente está “carregado de possibilidades conceituais”, as quais devemos evidenciar e analisar. (Isaac, Bell,

¹ Apesar da possibilidade de realização de estudos de caso substantivos, especialmente se agregassem poder explanatório à categoria de Guerra Fria e preenchessem lacunas empíricas ou temáticas. Stephanson, 2012, p. 21.

2012, p. 5-6). Stephanson (2012) salienta que o termo foi cunhado por “contemporâneos e utilizado desde o início [da Guerra Fria]”, para então ser disputado por políticos, intelectuais públicos e historiadores em controvérsias sobre quem causou essa guerra e usado retroativamente, por diversos atores em variadas maneiras, após o fim do conflito bipolar (Stephanson, 2012, p. 23).

De forma concreta, as categorias são compreendidas, implicitamente ou explicitamente, como ferramentas que auxiliam no processo de explicação e ordenamento dos registros históricos (Isaac, Bell, 2012, p. 7). Conforme Isaac e Bell (2012) sintetizam, ao investir mais tempo nas questões técnicas da periodização, pode-se produzir “novos mapas do passado – novas e sugestivas redescrições do que, de muitas maneiras, já é conhecido” (Isaac, Bell, 2012, p. 7). Além disso, o ato de periodização não pode deixar de gerar “novos significados históricos e ângulos de visão” (Isaac, Bell, 2012, p. 8).

Antes de adentrar a discussão sobre a periodização, porém, é necessário realizar

um exame mais detido de cada uma das palavras do termo. Quando se fala cotidianamente que houve “a Guerra Fria”, fica o questionamento se houve apenas uma ou se há ou haverá outras. Além disso, pode-se refletir sobre as especificidades do termo ao compará-lo com “guerra civil” ou “guerra religiosa”, ambas de escopo mais geral (Stephanson, 2012, p. 24). O caráter frio poderia ter uma analogia com relacionamentos pessoais, já que o frio está ligado a algo “inamistoso, hostil e limitado em alcance e expressão”, em contraposição a uma guerra quente, na qual os contendores usam sua capacidade militar diretamente para infligir perdas a seu adversário (Stephanson, 2012, p. 24). A categoria “A Guerra Fria”, dessa forma, diz sobre um conflito no qual um lado nunca entrou em guerra contra o outro, sem um momento cristalino de agressão inicial (declaração de guerra), sem a ultrapassagem clara de um determinado limite ou engajamento militar direto para atacar o adversário (Stephanson, 2012, p. 25). Em suma, a transição de um estado de aliança entre EUA e URSS para combater o nazifascismo para um estado crescente de desconfiança, ceticismo e hostilidade que emerge claramente entre 1947-48.

A emergência de um consenso a respeito de que a categoria Guerra Fria era válida e útil para análises sobre o período foi mais rápida, no entanto, do

que a consciência a respeito da necessidade de descentralização da narrativa histórica, ainda muito reduzida (até o início do século XXI) aos planos e ações de Washington no cenário internacional. Nas publicações em língua inglesa, um dos principais responsáveis em descentralizar as análises e instigar reflexões originais a partir de novas fontes, de forma a tornar o campo de conhecimento da Guerra Fria mais diverso, tanto do ponto de vista metodológico quanto interpretativo, foi o historiador de origem norueguesa Odd Arne Westad. Ele vislumbrava, em 2012, que estava emergindo uma “nova habilidade” em recorrer a estudos internacionais e comparativos na história social e intelectual, bem como nas Ciências Sociais, a qual relativizaria pretensões norte-americanas em apenas subordinar a experiência histórica de outros atores. Em vez de categorizar visões e ações de Washington de acordo com as divisões políticas domésticas, essa nova literatura percebia “outras racionalidades, outras agendas políticas e sociais ou outras intenções trabalhando” (Westad, 2012, p. 54). Era exatamente esse outro, para além de fatos, reuniões e dados sobre o conflito bipolar (e posterior distensão) que faltavam ser integrados a esse enorme quebra-cabeça denominado Guerra Fria. Ao mesmo tempo é importante destacar que isso não significava negar o papel dominante das superpotências (dependendo principalmente da geografia, período histórico e conjuntura), mas escrever sobre a Guerra Fria como “parte de uma história internacional e transnacional, como um confronto ideológico rapidamente globalizado e complexo, com muitas consequências não-intencionais, desentendimentos e rápidas mudanças de papéis” (Westad, 2012, p. 54).

Para Westad, uma “abordagem pluralista”, entretanto, já apontava duas tendências que se consolidariam desde o início da década de 2010. Uma reflexão informada pela história social e intelectual criaram uma “tela muito maior” para estudar a Guerra Fria do que havia anteriormente – apesar de, em alguns casos, ele mesmo alertar que políticas típicas da Guerra Fria estavam sendo deixadas de lado quando constituíam “uma parte crucial da interpretação dos eventos” (Westad, 2012, p. 57). A segunda tendência diz respeito à crescente internacionalização do campo de estudos da Guerra Fria. Esse fato deu mais amplitude acadêmica, em termos interpretativos, para agregar criticamente um gigantesco volume de novas fontes. Além disso, e mais importante, permitiu que

se analisasse as visões e aspirações de atores de diversos países do Sul Global. Desse modo, a Guerra Fria seria, ao mesmo tempo, parte da história dos Estados Unidos e parte da história global (Westad, 2012, p. 57).

Westad (2012) pensa a Guerra Fria a partir da difusão de diferentes conceitos de desenvolvimento centrados no modelo norte-americano e soviético, os quais alimentaram um conflito global por ideias ao longo da maior parte do século XX. (Westad, 2012, p. 58). Para o historiador norueguês, as dimensões social, intelectual e cultural da história formam partes de algo maior que necessita aflorar. Ele propõe uma mudança no foco de um estudo excessivamente centrado nas origens da Guerra Fria para indagações sobre seus efeitos turbulentos, transmissões, movimentos ou eventos específicos. (Westad, 2012, p. 58). Ao realizar esse movimento, a historiografia da Guerra Fria (especialmente nos Estados Unidos) em língua inglesa iniciaria uma rediscussão de sua própria produção ao longo de toda a Guerra Fria, bem como do lugar do Terceiro Mundo e, de especial importância para esta reflexão, o lugar da América Latina – e, conseqüentemente, do Brasil – nessa nova onda de produção historiográfica.

b) Problemas de utilização, o debate historiográfico norte-americano e o lugar da América Latina

Mesmo historiadores norte-americanos renomados como Gilbert Joseph (2008) consideram o debate historiográfico norte-americano sobre a Guerra Fria frequentemente “reducionista”, preocupado “desproporcionalmente com geopolítica” e com a ideia de uma “grande estratégia” (Joseph, 2008, p. 11). Além disso, o foco, por muito tempo, se manteve exageradamente nas origens do conflito e em qual parte culpar ou responsabilizar (EUA ou URSS) por sua ocorrência. Westad (2012) considera a história da Guerra Fria escrita nos Estados Unidos “ao menos tão bipolar quanto o próprio conflito” (Westad, 2012, p. 52).

Ainda na década de 1950 e início da seguinte, uma escola ortodoxa, composta por nomes como Herbert Feis e Arthur Schlesinger Jr.,

responsabilizava o expansionismo de Stálin na Europa Oriental como a causa da Guerra Fria. Daí, derivava-se automaticamente que a ideia de “contenção do comunismo” deveria ser levada a cabo por Washington pois o comunismo seria uma ideologia intrinsecamente expansionista (Joseph, 2008, p. 12 e Pettinà, 2018, p. 19).

Diante do trauma da Guerra do Vietnã e dos movimentos contestatórios do final da década de 1960 emergiria o revisionismo da *New Left*. Esses trabalhos de William Appleman Williams, Gabriel e Joyce Kolko, Walter LeFeber e Anders Stephanson colocavam a expansão capitalista global dos Estados Unidos (econômica, política e ideológica) como principal motivo para a emergência da Guerra Fria (Joseph, 2008, p. 12 Pettinà, 2018, p. 19).

Essa corrente daria lugar ao pós-revisionismo entre o final da década de 1970 e meados dos anos 1990. Seu principal expoente é John Lewis Gaddis. Buscando reequilibrar a balança de uma maneira mais efetiva num primeiro momento, suas interpretações buscam compreender como as estratégias de EUA e URSS foram sendo reajustadas ao longo do conflito e quais foram os papéis desempenhados pelo Executivo e pelo Congresso norte-americanos para o agravamento ou relaxamento da confrontação bipolar (Pettinà, 2018, p. 20).

O problema de uma história exageradamente autorreferenciada e autocentrada, conforme a crítica de Westad (2012), porém, permaneceu ao longo do tempo nas três escolas historiográficas. Ou seja, em vez de buscar analisar como “intervenções dos Estados Unidos interagiram com elites locais para criar condições específicas para guerra ou repressão, o foco é invariavelmente os próprios Estados Unidos” (Westad, 2012, p. 53). Dessa forma, sobrava pouco espaço para a “reconstrução das percepções, problemas de dilemas ideológico-estratégicos que transcendiam o ponto de vista estadunidense” (Pettinà, 2018, p. 20).

Pode-se que dizer que foi aproximadamente ao longo dos últimos 15 anos que se consolidou na literatura o que podemos chamar de “nova história da Guerra Fria”. Nela, busca-se superar o reducionismo das três escolas mencionadas e descentralizar o foco de estudo da Guerra Fria, entendido como o abandono de uma “perspectiva de análise centrada somente na história dos Estados Unidos” (Pettinà, 2018, p. 20). Para isso, foi fundamental, como

afirmado por Pettinà (2018), a abertura de novos arquivos fora dos Estados Unidos. Entre a década de 1990 e a seguinte começaram a surgir estudos na literatura em língua inglesa que utilizavam documentos dos arquivos do bloco soviético de forma sistemática. A partir de trabalhos como o de Hope M. Harrison, Vladislav Zubok, Constantine Pleshakov, Svetlana Savranskaya, William Taubman, David Engerman e James Hershberg foi sendo possível construir com muito mais exatidão e profundidade os planos, interesses e ações da União Soviética (e de países de seu bloco) ao longo da Guerra Fria. Com o tempo, foi se consolidando uma nova geração de pesquisadores cujos trabalhos focam no modelo de desenvolvimento soviético e/ou discutem a política externa soviética para com países do Terceiro Mundo como nos estudos de Artemy Kalinovsky, Jeremy Friedman, Alessandro Iandolo e Natalia Telepneva, entre outros.

Conforme Pettinà (2018) sublinha, entretanto, mesmo antes do lançamento do principal marco dessa “nova história da Guerra Fria” em inglês, o livro *The Global Cold War* (2005), de Arne Westad, Piero Gleijeses (2002) já analisava a estratégia de política externa cubana na África buscando autonomia em relação à União Soviética e Daniela Spenser (2004) editava a obra coletiva *Espejos de la Guerra Fría* (em espanhol) que depois seria reeditada numa versão em inglês coordenada por ela e por Gilbert Joseph e com novas seções temáticas (2008). Essas publicações já evidenciavam a agência dos atores latino-americanos de forma mais clara no marco do processo da Guerra Fria no continente, assim como Max Friedman (2003) também já havia feito.

Mesmo assim, curiosamente, a literatura sobre a Guerra Fria na América Latina produzida na região ainda segue pouco presente no debate historiográfico. Em publicação organizada recentemente, Pettinà (2023) afirma que tentativas de pesquisadores da América Latina de realizar balanços historiográficos sobre a Guerra Fria na região ainda permanecem raras, como as empenhadas por Calandra e Franco (2012) e Ioris e Pettinà (2023). Além disso, a historiografia produzida nos EUA e em língua inglesa tem certa dificuldade, ainda, de dialogar de maneira includente com a produção latino-americana do período (Casals, 2020; Joseph, 2019). A prevalência da literatura na língua inglesa dificulta, de alguma maneira, nosso conhecimento acerca em que

medida a produção da América Latina mantém pontos de contato com o debate historiográfico internacional (incluindo publicações em português) e a evolução do campo de estudos sobre a Guerra Fria latino-americana de diversos ângulos (Pettinà, 2023, p. 13).

Pettinà (2023), assim como Casals (2023), defende a utilização da categoria Guerra Fria para o estudo da história da América Latina auxiliando cronologicamente a entender o período temporal 1947-1989 de uma forma mais precisa do que a denominação “História Contemporânea”, por exemplo. (Pettinà, 2023, p. 17). Também seguindo Casals (2023), Pettinà (2023) afirma que a categoria ajuda a conectar a “historiografia latino-americana sobre o período como debates historiográficos internacionais mais amplos” e que essa integração seria “indispensável” para melhorar a qualidade da discussão historiográfica internacional (Pettinà, 2023, p. 17).

Neste balanço historiográfico, argumentamos favoravelmente pelo uso da categoria histórica Guerra Fria no contexto latino-americano e, especialmente, no caso brasileiro. Conforme, no entanto, a provocação de Stephanson (2012) de que “a Guerra Fria não é necessariamente tudo o que ocorre na Guerra Fria” e que outras “histórias e periodizações” seriam, a princípio, possíveis, argumentamos que deve-se atentar para atores, dinâmicas e outros tempos históricos que se relacionam à Guerra Fria como categoria histórica, algumas (dependendo do local e período) possuem algum grau de autonomia tanto do conflito bipolar, tanto da ideia de um sistema internacional regido estritamente pelas duas superpotências (Stephanson, 2012, p. 22). Deve-se notar que a literatura sobre a Guerra Fria latino-americana deixa isso evidente, seja quando busca reexaminar objetos clássicos diante de novas evidências ou em novas abordagens temáticas ou metodológicas que têm enriquecido enormemente esse campo de estudos nos últimos anos. A seguir, buscar-se-á apresentar quais seriam elas, novas questões de pesquisa, as particularidades da Guerra Fria na região quando comparada ao fenômeno global (ou entendido no eixo Atlântico Norte), as interconexões da Guerra Fria cultural na América Latina e os desafios da periodização do conflito na região.

O espaço da América Latina na historiografia da Guerra Fria

a) Particularidades, abordagens e novas questões

Quanto mais os historiadores descobrem sobre a Guerra Fria na América Latina, mais ela desaparece no cenário (McPherson apud Booth, 2021, p. 1129). O paradoxo constatado por Alan McPherson há mais de 10 anos permanece válido. Pettinà (2018) define a Guerra Fria na América Latina como um período que a região viveu “um aumento substancial do intervencionismo norte-americano”, uma “dramática polarização interna” e, a longo prazo, um “fortalecimento dos atores mais conservadores dos países da região” (Pettinà, 2018, p. 22).

Em sua importante e pioneira obra de síntese *Historia mínima de la guerra fría en América Latina*, Pettinà (2018) argumenta que o conflito entre EUA e URSS se “sobrepôs a complexos processos locais de transformação social, econômica e política” e busca delinear processos, problemas e pontos de inflexão gerais que marcaram tendências a nível continental e que possam ajudar a pensar a história da região em seu conjunto durante os anos de confrontação entre EUA e URSS (Pettinà, 2018, p. 14). Além disso, ele busca recuperar a “autonomia dos processos políticos, sociais e econômicos” da América Latina durante a Guerra Fria e proporcionar uma história desse período que não seja “episódica” – um dos principais problemas da historiografia norte-americana para a região até o fim da década de 2000 –, mas que esteja apta a dar conta de compreender a “evolução geral da época” na qual esses episódios ocorreram (Pettinà, 2018, p. 15).

Sua contribuição importa por pelo menos três motivos principais. Em primeiro lugar, compreender a Guerra Fria como fonte de “pressões desestabilizadoras sobre a governabilidade político-democrática e econômica da região”, de modo a se apresentar como um “processo homogêneo” em termos das dinâmicas que desencadeou, mas “muito variado” se levarmos em conta os “resultados que estas mesmas dinâmicas produziram, em combinação com processos locais, nos distintos países latino-americanos” (Pettinà, 2018, p. 16). O segundo ponto diz respeito a analisar os espaços de autonomia dos processos

políticos latino-americanos, a presença de processos de resistência ou negociação que se sucederam entre o poder hegemônico de Washington e as distintas realidades latino-americanas (Pettinà, 2018, p. 30). Por último, ela ajuda a “avaliar de que forma os atores latino-americanos” se adaptaram às mudanças regionais ocorridas em decorrência das mutações que o projeto hegemônico norte-americano, global e regional, registrou após o início do confronto com a URSS e, ao mesmo tempo, o conflito bipolar “parecia abrir oportunidades em um número reduzido de casos” (Pettinà, 2018, p. 30).

Sem negar o colonialismo, imperialismo e relações de dependência que se mantiveram com os EUA e com a URSS, Rostica e Sala (2021) destacam que essas oportunidades seriam espaços de “autonomia relativa e negociação” dos atores/as latino-americanos e os processos regionais e nacionais, de forma também a descentralizar a análise bipolar – quando pensada no formato de interações entre países latino-americanos ou regionais, por exemplo (Rostica, Sala, 2021, p. 2). No que toca as relações de alguns países da região com Washington, as pesquisadoras argentinas argumentam com propriedade que, em muitos momentos, devemos pensar essas interações não somente nas categorias da unilateralidade, assimetria ou dependência, mas também na de negociação (Rostica, Sala, 2021, p. 2). Essa constatação, na verdade, seria um corolário básico de uma historiografia que busca e analisa a capacidade e os limites de agência de atores da América Latina.

A busca dos países latino-americanos pelas possibilidades de cooperação econômica e técnica, por exemplo, foi fundamental no processo de desenvolvimento dos países da região (sobretudo nas décadas de 1950 e 1960), conforme sublinham Ioris e Loureiro (2023). Mais do que analisar e destacar as transformações, continuidades e possibilidades nesse âmbito, os mesmos autores chamam atenção para como “oportunidades perdidas” e “contradições” podem oferecer “novas” e enriquecedoras formas de se refletir sobre a Guerra Fria latino-americana (Ioris, Loureiro, 2023, p. 97). Essa observação é especialmente válida no que toca algumas oportunidades que surgiram nas relações extra-hemisféricas dos países da América Latina, conforme mostrado, por exemplo, por Caterina (2023).

Particularmente, as oportunidades abertas nas relações dos países da América Latina com o bloco soviético ainda carecem de mais estudos, apesar de importantes avanços nos últimos anos. Desde a contribuição de Stanley Hilton (1991) para entender os contatos entre brasileiros e soviéticos entre a Revolução Russa de 1917 e o rompimento de relações diplomáticas em 1947, passando pelas perspectivas que acadêmicos soviéticos tinham da América Latina na pesquisa de Fazio Vengoa (1997), até o importante livro de Daniela Spenser (1999) que busca compreender as relações triangulares do México pós-revolucionário com EUA e URSS, respaldado por documentos obtidos na Rússia, esse campo de estudos tem crescido de forma significativa. Seja nos interesses econômicos soviéticos na região conforme estudado por Sewell (2008); nas interações no campo cultural entre América Latina e URSS, conforme analisado por Rupprecht (2015) e (2011); no campo das relações diplomáticas do Brasil com a URSS como levantado por Hershberg (2020), durante a tensa conjuntura da Crise dos Mísseis em Cuba; nas possibilidades de busca brasileira por barganha em negociações econômicas com Washington como evidenciado por Loureiro (2017) e Oliveira (2022); ou ainda em conversações sobre possibilidades de cooperação energética, como analisado por Walcher (2013), no caso argentino num momento de radicalização interna, ou por Moreli e Caterina (2023), num cenário semelhante no Brasil, as ações e interesses da União Soviética na América Latina tem sido cada vez melhor compreendidas, analisadas e elucidadas. Parte importante dessas pesquisas só avançaram realmente devido ao fato da disponibilidade, mesmo que com restrições, de documentos da antiga União Soviética em arquivos russos.

Ainda assim, existem muitas outras possibilidades ainda pouco exploradas de busca em arquivos do Leste Europeu para compreender interações com atores latino-americanos. Ao focar suas pesquisas em acervos na República Tcheca, os trabalhos de Opatrny (2015), Zourek (2019) e (2014) e Marchesi e Markarian (2019) mostram a riqueza de contatos e diversas possibilidades temáticas de estudo utilizando esses registros. Desde uma história diplomática tradicional, passando por relações culturais entre intelectuais e artistas até a trajetória de militantes de esquerda podem ser analisados e problematizados.

Diante desses avanços importantes no campo de estudos da Guerra Fria latino-americana, pode-se ponderar novamente e de forma inovadora sobre categorias caras ao debate político e econômico latino-americano e suas ligações com o conflito bipolar. Ao organizar um recente dossiê a respeito da Guerra Fria cultural na América Latina, Espeche e Ehrlich (2019) se propõem a reunir autoras e autores a fim de reinterpretar conceitos centrais durante o período como anticomunismo, revolução, modernização e nacionalismo (Espeche e Ehrlich, 2019, p. 175). A percepção de diferentes atores políticos sobre essas categorias, sua evolução no tempo e peso nos projetos de ação política (em termos de possibilidades, fervor ideológico e capacidade de transformação social) são aspectos fundamentais para uma compreensão mais nuançada e profunda da Guerra Fria na América Latina. O anticomunismo na América Central, por exemplo, foi experienciado de forma mais brutal em épocas diferentes do que no Cone Sul ao longo da Guerra Fria (Ferreira e Arriola, 2017).

A constatação de variações geográficas e temporais importantes em determinados processos da Guerra Fria na América Latina demonstra a dificuldade em caracterizar, do ponto de vista mais geral, esse fenômeno. Em recente ensaio historiográfico, William Booth (2021) sublinha a importância de duradouros conflitos políticos, econômicos e ideológicos subjacentes a essas sociedades e a necessidade de considerar “particularidades regionais e diferentes escalas de análises” (Booth, 2021, p. 1129). O esforço é sobretudo em indagar “quando, e como, a Guerra Fria Latino-americana” ocorreu (Booth, 2021, p. 1129).

Antes dessas duas importantes indagações, porém, é preciso evidenciar as principais particularidades regionais. Tanya Harmer (2014) identificou quatro características. O primeiro ponto é que a Guerra Fria latino-americana foi, na verdade, muito quente: centenas de milhares de mortos, torturados ou desaparecidos, além do altíssimo número de exilados e de pessoas que tiveram seu modo de vida obrigatoriamente impedido ou alterado numa modalidade de violência, na maioria das vezes, perpetrada por agentes do Estado (Harmer, 2014, p. 135). Em segundo lugar, em contraste com a Europa e com outros lugares do mundo, a Guerra Fria na América Latina foi caracterizada pelo par revolução e contrarrevolução. A maioria das revoluções fracassou, mas todas

buscavam responder a demandas locais por modernização, por reformas nas injustas estruturas políticas e sociais e buscando contrabalançar o poder norte-americano na região. O terceiro aspecto diz respeito à internacionalização regional do conflito bipolar: eventos em um país tiveram impacto por toda a região. A queda do governo Árbenz na Guatemala, em 1954, com apoio norte-americano é um exemplo claro. Por último, mas não menos importante, a intervenção norte-americana foi um sustentáculo da Guerra Fria latino-americana, uma mostra de seu poder hegemônico como um “denominador comum” na região (Harmer, 2014, p. 135). Absolutamente fortalecida com a vitória na Segunda Guerra Mundial e potência hegemônica global em 1945, os Estados Unidos gozavam de uma enorme assimetria de poder favorável em sua área de influência direta.

Essas especificidades, como bem sintetizou Booth (2021), levaram estudiosos a falar cada vez mais numa Guerra Fria Latino-americana em vez de uma Guerra Fria na América Latina (Booth, 2021, p. 1130). A distinção aqui importa, já que a primeira seria um “evento regional distinto com sua própria dinâmica particular” e “não apenas outra iteração [manifestação] de um conflito global conduzido pela rivalidade das superpotências” (Booth, 2021, p. 1131). Isso não quer dizer, entretanto, que essa “dinâmica particular” não interagiu com a rivalidade entre as superpotências – especialmente em momentos mais agudos. Mais do que uma luta bipolar entre as superpotências projetada de fora para dentro da América Latina, conforme argumenta Harmer (2013), a “Guerra Fria Interamericana” foi uma “disputa única e multifacetada entre partidários regionais do comunismo e do capitalismo, ainda [que] em formas variadas” (Harmer, 2013, p. 18). Além de analisar a agência de atores latino-americanos de forma pormenorizada, a abordagem interamericana esquadrinha, principalmente, o impacto da Revolução Cubana em 1959 nas relações entre os países latino-americanos (de forma bilateral e em organismos multilaterais), bem como o impacto de ações de Brasília – e não somente de Washington – no governo socialista de Salvador Allende entre 1970 e 1973. Trata-se de um conflito complexo e em diversas escalas conduzido “não apenas por processos transregionais ou regionais, mas também pela maneira que eles interagiram com trajetórias sub-nacionais e nacionais particulares” (Booth apud Grandin,

2021, p. 1132). No próximo item, vamos analisar e tentar estabelecer conexões a partir de trabalhos focados na Guerra Fria cultural, de modo a tentar integrar e não separar, quando possível, as interações culturais, interesses econômicos e contatos políticos.

b) Guerra Fria cultural na América Latina e interconexões

Levando-se em conta que a Guerra Fria foi também uma batalha no campo cultural, o estudo a respeito da produção, circulação e recepção de ideias é fundamental. Espeche e Ehrlich (2019), ao tratar dos temas da cultura na América Latina durante o período do conflito bipolar, lembram que foi Frances Stonor Saunders que popularizou o termo com seu livro *The Cultural Cold War: The CIA and the World of Arts and Letters* de 1999, apesar de que como apontado por Ridenti (2022), o termo já tinha começado a ser usado na época estudada como no título de um artigo de Christopher Lasch de 1967. (Espeche e Ehrlich, 2019, p. 174; Ridenti, 2022, p. 5). A atuação da CIA e sua relação com o Congresso pela Liberdade da Cultura, bem como a análise de como recursos financeiros e intelectuais foram mobilizados por meio de operações encobertas seriam expandidos, detalhados e matizados em obras subsequentes (Iber, 2015; Ridenti, 2010). Deve-se ter em conta que antes mesmo do início da Guerra Fria – pensando-se o marco clássico de 1947 – a promoção do *American way of life* na América Latina, conforme analisado por Tota (2000), já era maciçamente realizada por uma agência especial chefiada pelo multimilionário Nelson Rockefeller ainda durante a Segunda Guerra Mundial.²

Alguns anos após o fim do conflito, ao rastrear e analisar contatos feitos no âmbito do Conselho Mundial da Paz, órgão sob controle soviético que reunia artistas de prestígio internacional, incluindo o brasileiro Jorge Amado, Ridenti (2010) estabelece uma trama complexa que trata dos filiados do PCB, suas conexões internacionais, relações interpessoais e projetos de projeção individuais. Iber (2015) realiza algo semelhante no âmbito latino-americano ao analisar a articulação regional de eventos com mote socialista ou com influência

² Para uma análise sobre as diversas atividades exercidas por Nelson Rockefeller no Brasil, veja Tota (2014).

de organizações da URSS na região. O papel de sindicalistas, artistas e intelectuais nessas articulações é digno de nota. Mais recentemente, o trabalho de Rafael Pedemonte (2020) analisa de que forma as relações da URSS com o Chile e com Cuba evoluíram principalmente após a ocorrência da Revolução Cubana, especialmente no plano das ideias e de sua influência nos encaminhamentos políticos domésticos e Rafael Rojas (2023) trata como intelectuais e militantes de esquerda enfrentaram transições importantes na Guerra Fria latino-americana.

A partir do degelo com a ascensão de Nikita Khrushchev, a política externa soviética passou por um processo de maior ênfase nas trocas com o Terceiro Mundo. Entidades transnacionais de alcance mundial sob primazia soviética organizavam eventos nos campos sindical, das mulheres, jornalistas, juristas e estudantes, estabelecendo diálogo crescente com latino-americanos na segunda metade da década de 1950 (De Haan, 2017; Koivunen, 2023). Assim, contatos na área do teatro, cinema, música, literatura, dança e artes, além de intercâmbio estudantil, eventos científicos, cursos de formação política ou profissional, estágios para funcionários do Estado no exterior, incluindo políticos e militares, surgiam como maneiras de influenciar e conquistar corações e mentes na disputa ideológica entre Washington e Moscou (Ridenti, 2022, p. 9). Como afirma Ridenti (2022), não há como analisar a Guerra Fria cultural sem nos remetermos à “internacionalização dos sujeitos sociais e políticos”, na qual se destacariam a “politização, a circulação e as conexões transnacionais” de intelectuais, artistas e estudantes (Ridenti, 2022, p. 5).³

Ainda pouco estudados, os contatos entre atores latino-americanos no âmbito de eventos organizados por entidades sob comando de Moscou têm o potencial de jogar luz em diversos aspectos dos países da região, sobretudo no sentimento anticomunista doméstico, crescimento da internalização bipolar e preocupações com segurança nacional. Interações e trocas no âmbito de organizações sob primazia soviética renovavam temores de expansão do

³ Manzano (2014) também trata da juventude argentina, mas com foco maior na questão geracional e de comportamento e não nas trocas internacionais. A mesma autora também tem um interessante trabalho analisando as interações entre bandas de rock argentinas e soviéticas em Moscou (2019).

comunismo internacional entre a juventude latino-americana aproximando setores sociais que já tinham pendores anticomunistas.

Desse modo, um grande desafio para a historiografia persiste em entrelaçar as distintas dimensões políticas, ideológicas, econômicas e intelectuais da Guerra Fria latino-americana de maneira mais “multidimensional e integrada” (Ioris, Loureiro, 2023, p. 127). Ao evidenciar as possibilidades e limites das relações do México com a URSS no início dos anos 1960, Pettinà (2020) sublinha a busca por diversificação política e comercial do México no final dos anos 1950 coroando um processo que envolveu diversas interações culturais anteriores. Ao tratar do nacionalismo boliviano numa conjuntura particularmente difícil, Field Jr. (2020) analisa a tentativa de La Paz de apostar no terceiro-mundismo ou numa posição não-alinhada visando ganhos domésticos.

Abordagens feministas, negra, de gênero ou de temática LGBTQIA+ também têm contribuído para se refletir sobre anticomunismo, repressão ou ditadura. Seja na interface do anticomunismo com o ativismo feminino, como em Margaret Power (2015), nos contatos sobre a questão negra e racismo como em Cancelli et al. (2020) ou na temática LGBTQIA+ em Green (2018) ou Cowan (2016).

Os diversos temas, agências e interesses sobrepostos complexificam a análise e evidenciam novos contatos e interconexões na América Latina. O estabelecimento de uma periodização minimamente consensual acerca do conflito bipolar na região pode ajudar a aprofundar e esquadriñar as particularidades mais marcantes e compreender quais são os principais entraves e limitações do debate historiográfico.

c) O debate sobre periodização da Guerra Fria na América Latina

Ao analisar episódios de violência revolucionária e contrarrevolucionária na América Latina, Joseph (2010) afirma que eles devem ser interpretados como as genuínas “dores de parto” para a modernidade da região (Joseph, 2010, 397). Isso porque, segundo o historiador norte-americano, esse nascimento foi “ferozmente contestado” ao longo do século XX: nele estaria embutida uma

“dialética feroz” que envolvia ideias revolucionárias e reformistas de desenvolvimento nacional e mudança social, bem como uma significativa “contraforça” que visava abortar mudanças estruturais (Joseph, 2010, p. 397-98). Essa dialética teria reverberado em conflitos em relação à terra, trabalho, posições políticas, controle dos mercados e recursos naturais e sobre o formato das relações étnicas e de gênero e, em última análise, da própria cidadania dos latino-americanos (Joseph, 2010, p. 398). Inicialmente, teria sido essa dialética que conformou, nas décadas seguintes, a “vida regional” após a Revolução Mexicana e a Revolução Russa, período que Joseph (2010) denomina como “primeira guerra fria” (Joseph, 2010, p. 398). De acordo com ele, essa guerra fria seria “intensificada” nos anos após a Segunda Guerra Mundial (a “guerra fria propriamente”), especialmente na esteira da Revolução Cubana e sua promoção da revolução dentro e fora das Américas, a qual provocou “respostas particularmente excessivas” no Cone Sul (década de 1970/80) e na América Central (década de 1980) (Joseph, 2010, p. 398). Para Joseph (2010), os acordos de paz que levaram a um desfecho nos conflitos na América Central no início dos anos 1990 – mesmo que de forma parcial e tensa – encerraram décadas de violência revolucionária e contrarrevolucionária na América Central (Joseph, 2010, p. 398). As grandes balizas cronológicas da Guerra Fria Latino-americana para o historiador norte-americano são, portanto, a Revolução Mexicana e a resolução das insurgências na América Central.

Dessa forma, os esforços latino-americanos para superar o subdesenvolvimento e a ascensão dos Estados Unidos, primeiro como potência hegemônica hemisférica e depois como potência global, “prosseguiu em pistas paralelas”, com “cada uma informando grandemente a forma que a outra tomou” (Grandin, 2010). Assim, Joseph e Grandin (2010) concordam que o “século da revolução” da América Latina prosseguiu no contexto de uma “longa guerra fria” – esta, inclusive, como critério de organização cronológica-analítica em um livro que ambos organizaram conjuntamente (Joseph, 2010, p. 400). Joseph (2010) redefine Guerra Fria Latinoamericana como uma “tentativa dos Estados Unidos (e de seus clientes locais) de conter insurgências que desafiaram formações pós (ou neo-) coloniais baseadas em economias dependentes e na desigualdade de classe, étnica e de gênero” (Joseph, 2010, p. 402). Essa

definição poderia ser utilizada, conforme afirmado pelo próprio historiador norte-americano, para defender que a Guerra Fria Latino-americana teria se iniciado, na verdade, no final do século XIX e ainda não teria sido encerrada. Além desse problema, a definição centraliza novamente os Estados Unidos como eixo principal da narrativa e nem menciona a União Soviética e suas interações, ações e possibilidades na América Latina.

Ioris e Pettinà (2023), entretanto, não concordam com a periodização de Grandin e Joseph (2010) situando o início da Guerra Fria no fim do século XIX quando a ideia imperial e intervencionista definia, predominantemente, as ações de Washington na América Latina. Para Ioris e Pettinà (2023), não se deve diminuir a “relevância nem especialmente os elementos idiossincráticos” e o “impacto único” dos anos pós-guerra na região (Ioris e Pettinà, 2023, p. 2). Afirmam ainda que o uso de uma categoria generalizante como “violência” pode produzir o “efeito contraprodutivo” de apagar “nuances cronológicos” cruciais para se compreender como o fenômeno da violência evoluiu e foi mudando ao longo do tempo, de modo a tentar equilibrar “dinâmicas de longo prazo com especificidades geradas pela evolução do tempo” (Ioris e Pettinà, 2023, p. 2).

Conforme afirmado por Harmer (2014), as lutas ideológicas entre capitalismo e alternativas de inspiração marxista (real ou imaginada) dependeram “em larga extensão onde você estava” (Harmer, 2014, p. 137). Além disso, ao menos durante a parte final do século XX, “quando e como” a Guerra Fria passou por “diferentes fases de intensidade” foi muitas vezes determinada por eventos na região e numa “lógica intrarregional”, interna à América Latina, que foi capaz de fornecer os contornos gerais do conflito (Harmer, 2014, p. 137). É necessário lembrar que Washington ocupou a Nicarágua nos anos finais da década de 1920 para erradicar a rebelião sandinista e temia o contágio revolucionário na região vindo do México (Joseph, 2010, p. 404). A cronologia que tem a Revolução Mexicana como início da Guerra Fria Latino-americana parece mais adequada para um observador na América Central, mas subestima as transformações internacionais advindas do cenário pós-Segunda Guerra Mundial.

Para Harmer (2014), o início da Guerra Fria na América Latina ocorre entre a Revolução Mexicana e a Segunda Guerra Mundial. Ela argumenta que a

“ampla consolidação e institucionalização da linguagem da Guerra Fria”, suas normas, lutas políticas e “divisões ideológicas dentro da América Latina já existiam quando a primavera democrática da América Latina ocorreu nos anos do imediato pós-guerra” (Harmer, 2014, p. 137). A mesma autora situa na década de 1990 o fim da Guerra Fria Latino-americana, mas sem estabelecer um marco exato, pelo contrário: argumenta que a luta ideológica terminou “lentamente e, em [alguns] lugares, dolorosamente” (Harmer, 2014, p. 143).

Para Harmer (2014), a chegada do pensamento marxista à região e a reação a ele seria a maneira mais simples de rastrear os primórdios da Guerra Fria na América Latina. Como a mesma autora sublinha, porém, esse processo não aconteceu rapidamente ou “uniformemente pela América Latina” (Harmer, 2014, p. 137). Com a chegada de imigrantes da Europa entre o final do século XIX e início do século XX e, principalmente, a partir da Revolução Russa em 1917, as ideias de raiz marxista passaram a fazer parte dos círculos operário, político e intelectual na América Latina. Dessa forma, a mesma autora argumenta que na década de 1920 um “desafio ideológico explícito” à ordem capitalista na América Latina começa a tomar corpo (Harmer, 2014, p. 137). Até 1922, ocorre a fundação de partidos comunistas filiados à Internacional Comunista na Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, México e Uruguai (Harmer, 2014, p. 137-38).

Ioris e Pettinà (2023), entretanto, enfatizam que durante o entre guerras, especialmente, o cenário político no México, Argentina e Brasil não era “estritamente binário” (Ioris e Pettinà, 2023, p. 3). Caracterizações que primam por um horizonte mais longo de observação como “violência política” e “intervenção estrangeira” precisam de um “ajuste fino” para que a histografia recente da Guerra Fria na América Latina que sublinha elementos multidimensionais, únicos e frequentemente contraditórios possa ser mais bem avaliada (Ioris e Pettinà, 2023, p. 3). Pettinà (2018) adiciona ainda que o intervalo idiossincrático da política da Boa Vizinhança do presidente Roosevelt, suas posições adotadas em relação a líderes nacionalistas da região, o papel de instituições financeiras públicas em projetos industrializantes na América Latina, o abandono do intervencionismo militar e a relação de Washington com os partidos comunistas ao sul do rio Grande seriam um contraponto à

interpretação de prazo mais longo nas chaves explicativas da violência ou do intervencionismo norte-americano (Pettinà, 2018, p. 33; p. 39-40).

O marxismo-leninismo, bem como variações regionais do pensamento marxista, cresceu na América Latina ao longo das décadas de 1920 e 1930. O mesmo pode ser dito a respeito do anticomunismo. Conforme argumentado por Gilbert Joseph (2008), o emergente conflito bipolar nos anos pós-guerra “reforçou um anticomunismo doméstico” que existia há décadas e estava “enraizado nos militares, na hierarquia católica e em segmentos da classe média – independentemente de instigação norte-americana” (Joseph, 2008, p. 21-22; Chirio, 2018). A associação imediata de movimentos insurgentes ou contestatórios com o comunismo (real ou imaginado), como sublinha Harmer (2014), marcaria fortemente o cenário político latino-americano por toda a Guerra Fria.

Pettinà (2018), por outro lado, argumenta que durante as décadas de 1920 e 1930 a maioria dos embates políticos domésticos latino-americanos se deram a partir de um “conflito ideológico entre forças nacionalistas, reformistas ou radicais e as vertentes ideológicas mais conservadoras das elites oligárquicas latino-americanas” (Pettinà, 2018, p. 32). Exemplifica com os casos mexicanos (zapatismo e cardenismo), o “autenticismo” de Grau San Martín em Cuba, o aprismo peruano e o radicalismo argentino como proponentes de mudanças sociais significativas. Buscando caracterizar um cenário que não se relaciona com o conflito bipolar, Pettinà (2018) afirma que a esquerda marxista estava fragmentada devido a conflitos internos a respeito do estalinismo na URSS e não em marcha contra a modernidade vinda dos EUA. Ele sublinha também que quando a relação dos comunistas com outras forças políticas teve sua importância retomada na região (aproximadamente entre o fim dos anos 1930 até meados da década seguinte), esses contatos foram mais marcados por uma “estratégia de colaboração que de antagonismo” (Pettinà, 2018, p. 32).

Além disso, Pettinà (2018) defende que é “discutível” afirmar que as intervenções de Washington durante as primeiras décadas do século XX se sucederam “de forma sistemática para frear os processos de mudança regional” (Pettinà, 2018, p. 32). Ele argumenta que no México, por exemplo, as ingerências de Washington pareciam estar mais relacionadas com a busca por

“governos estáveis e legítimos” do que com uma “tentativa de prevenir a consolidação de uma mudança social” (Pettinà, 2018, p. 32-33). Pondera, contudo, que excetuando-se o México, Caribe e América Central antes de 1945, o vigor das ingerências norte-americanas não seria comparável ao alcançado após a conclusão da Segunda Guerra Mundial. É importante destacar, conforme Pettinà (2018) o faz, que o impacto da hegemonia de Washington nas partes meridionais da região foi “bem mais escasso” até a segunda metade do século XX (Pettinà, 2018, p. 33).

Para Pettinà (2018), foi somente após o final da Segunda Guerra Mundial que ambas as visões puderam contar com “bases materiais adequadas”, de forma a adquirir atratividade e “capacidades operativas globais” (Pettinà, 2018, p. 34). O triunfo soviético na Segunda Guerra Mundial outorgou a “opção socialista”, pelo caminho soviético, bem como a força política para maior projeção internacional (Pettinà, 2018, p. 34). Do lado norte-americano, o não comprometimento territorial (com a exceção marginal de Pearl Harbour), o custo humanitário muito menor (se comparado à URSS) e uma vigorosa recuperação econômica pela guerra ensejaram uma capacidade de projeção global ímpar que confeririam a Washington uma “forte legitimidade” a respeito da sua “interpretação de modernidade” (Pettinà, 2018, p. 34). Prossegue afirmando que o conflito ideológico entre capitalismo e socialismo já existia no plano ideológico desde 1917, mas que seria difícil imaginar que sem a derrocada dos impérios europeus e, por consequência, a transformação dos Estados Unidos e da União Soviética em superpotências, suas duas visões alternativas de modernidade teriam “tanta força de atração (e de imposição) na Europa e no Terceiro Mundo” como ocorreu após 1945 (Pettinà, 2018, p. 34).

Há ainda, para Pettinà (2018), um argumento mais amplo que tem potencial para ser mais bem desenvolvido por outros historiadores. A Guerra Fria, após 1945, teria constituído um “novo sistema internacional, com uma coerência e regras de funcionamento distintas” em relação à precedente ordem europeia então vigente que seria regulada pela existência de um “antagonismo bipolar” no campo militar, econômico e jurisdicional (Pettinà, 2018, p. 35). Adiciona que, dessa forma, esse novo sistema internacional teve impacto decisivo, delimitando e condicionando a “capacidade de ação de distintos atores

nacionais, subnacionais e transnacionais” (Pettiná, 2018, p. 35). Assim, teriam sido as mudanças “geopolíticas e materiais” ocorridas depois de 1945 e que deram o protagonismo de EUA e URSS como “atores globais” que contribuíram para tornar pleno o conflito ideológico entre capitalismo e socialismo, que estava sendo gestado pelo menos desde 1917. (Pettiná, 2018, p. 36). Seria necessário entender, portanto, de que forma a “nova geopolítica da Guerra Fria” articulada a partir dessa contraposição ideológica após 1945 foi “absorvida e se entrelaçou com os processos locais” (Pettiná, 2018, p. 36).

A Guerra Fria na América Latina representou, conforme já assinalado por Hal Brands e Soledad Loaeza, uma “justaposição” de conflitos, como assinalado por Pettinà (2018), que concorda e adiciona, assim como Casals (2023), que se trata de (conflitos com) “distintas temporalidades”. (Pettiná, 2018, p. 36).

Booth (2021) buscou ampliar, integrar e detalhar processos locais e regionais levando em conta o quadro global e buscando estabelecer diálogos com outros campos historiográficos. É necessário cautela, entretanto, para que essa abordagem não derive para algo vago. Desde a Crise de 1929, apontava-se para a região um caminho de diversificação econômica e criação de um setor industrial mais forte, por meio de substituição de importações, ligado ao fortalecimento da população urbana. Ao final da Segunda Guerra Mundial, uma onda democrática, de novas expectativas e possibilidades de ação política (com maior participação de movimentos operários e de partidos comunistas) tomaria conta da América Latina. Essa conjuntura revelar-se-ia um “espaço proveitoso” para que elites mais conservadoras desses países recuperarem protagonismos políticos e impedirem o avanço de direitos sociais (Pettiná, 2018, p. 38).

Definida como sistema antagônico baseado na contraposição ideológica entre socialismo e capitalismo, a Guerra Fria, para Pettinà (2018), se “sobrepôs” aos processos domésticos da região, de forma a interferir neles de “forma constante durante mais de quatro décadas”, a partir de 1946-1947 até diminuir seus efeitos por volta do final dos anos 1980. Essas interferências tornaram “mais difíceis” os processos de mudança política e social na região e, conseqüentemente, as sociedades e tornaram “mais polarizadas e propensas à instabilidade”. (Pettiná, 2018, p. 37).

A adoção de uma estratégica anticomunista global por parte de Washington representou, conforme defendido por Pettinà (2018), uma reação “desmedida” frente ao “perigo real” dos partidos comunistas latino-americanos ativos na década de 1940 (Pettinà, 2018, p. 42). A exclusão dos partidos comunistas do jogo político em diversos países da região entre 1946 e 1948 favoreceu uma “rápida polarização dos contextos políticos nacionais” e contribuiu para “debilitar a aliança reformista” que buscava se estabelecer em diversos países (Pettinà, 2018, p. 42). É chave interpretar essa mudança por parte de Washington, já que, como destaca Pettinà (2018), o anticomunismo norte-americano teria se transformado, em distintos casos, em “antinacionalismo” e que projetos de mudança promovidos por forças nacionalistas passariam a ter margem de manobra interna muito mais limitada (Pettinà, 2018, p. 42).

Em síntese, poderia se dizer que anticomunismo norte-americano encorajou uma escalada de tensões interamericana, favoreceu a polarização política interna e atingiria seu auge com propostas políticas conservadoras ou autoritárias que Washington apoiaria na chave antissoviética. O início da Guerra Fria também alterou a política econômica norte-americana para o continente ao evidenciar a reticência de Washington em apoiar projetos de desenvolvimento econômico industrializantes na região⁴ e uma volta do intervencionismo dos Estados Unidos (direta ou de forma encoberta) em assuntos internos dos países da América Latina (Pettinà, 2018, p. 43-45). Para Pettinà (2018), o anticomunismo e o antinacionalismo vindos de Washington (administrações Truman e Eisenhower) inibiram a capacidade de Washington de exercer uma “hegemonia construtiva nos processos de mudança”, de modo a deixar como única alternativa a aliança com forças conservadoras ou autoritárias como “única opção para controlar esses fenômenos” (Pettinà, 2018, p. 45).

Em um nível mais geral, Pettinà (2018) afirma que o nacionalismo, se compreendido como “projeto de consolidação de um Estado-nação”, capaz de

⁴ Exceções seriam o apoio norte-americano ao projeto desenvolvimentista do Partido Revolucionário Institucional (PRI) ou ao boliviano do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). Pettinà (2018), p. 44.

representar os “interesses de distintos atores sociais frente ao projeto oligárquico” foi o elemento que caracterizou, do “ponto de vista ideológico”, a maioria dos “atores reformistas latino-americanos” do período (Pettiná, 2018, p. 49). Tal perspectiva era assentada, do ponto de vista econômico, numa estratégia de industrialização por substituição de importações baseada em protecionismo comercial, planejamento econômico e intervencionismo estatal (inclusive nos âmbitos da política monetária e fiscal) (Pettiná, 2018, p. 48). Por outro lado, em oposição a essas forças, situavam-se atores mais vinculados aos centros de poder político e econômico que consideravam o projeto desenvolvimentista “incompatível” com sua perspectiva socioeconômica, já que necessitava de políticas comerciais de abertura para o exterior e menor intervenção estatal (inclusive na regulação dos processos econômicos) (Pettiná, 2018, p. 49). Em ambientes nos quais aumentava a polarização política e a histeria anticomunista, não se tornou difícil “limitar a capacidade de manobra de grupos políticos reformistas simplesmente acusando-os de ser marxistas” (Pettiná, 2018, p. 51). A postura comum de rechaço a uma suposta ameaça comunista cimentou, por muitas vezes, uma aliança entre setores conservadores latino-americanos e Washington em diferentes conjunturas e países ao longo de toda a Guerra Fria latino-americana.

Desde o final da década de 1950, no entanto, o triunfo da Revolução Cubana facilitou a “regionalização” ou “latinoamericanização”, nas palavras de Harmer, da Guerra Fria (Pettiná, 2018, p. 53). Como assinalado por Pettiná (2018), a maioria dos países da região registraram uma “forte polarização interna” a partir de 1959 que se materializaria num processo de radicalização política no qual havia aqueles que apoiavam a revolução e seu paradigma de mudança e um “grupo heterogêneo” que temia as possíveis consequências de adoção do modelo cubano (Pettiná, 2018, p. 53). Ao se tornar uma espécie de *hub* revolucionário apoiando com dinheiro, armas, além de treinamento militar e ideológico um número não desprezível de cidadãos latino-americanos decididos a se transformar em revolucionários, Havana expandia regionalmente seu entusiasmo revolucionário às juventudes da América Latina, aumentava a instabilidade social de diversos países e empurrava gradativamente setores da classe média urbana e industriais a buscar apoio em soluções políticas mais

conservadoras em nome da “ilusão de uma maior estabilidade interna” (Pettiná, 2018, p. 54). A Revolução Cubana também foi um acontecimento chave para a compreensão de um papel político cada vez mais destacado de instituições militares em muitos países da América Latina.

Pettiná (2018) nota com propriedade que, a partir de 1964 no Brasil, e na Argentina em 1966, começou a haver a consolidação de governos nacionalistas, industrializantes, porém contrários ao aumento da participação popular (Pettiná, 2018, p. 52). A partir de meados da década de 1960, portanto, com exceção do México, muitos países latino-americanos começaram a apontar, conforme afirma Pettinà (2018), para uma “industrialização sem desenvolvimentismo”, isto é, sem integração dos setores populares, de modo que ao longo dos anos 1970 esse elemento se tornaria uma característica típica dos regimes militares da América do Sul (Pettiná, 2018, p. 52).

No caso brasileiro, a literatura é vasta. Destacamos as sínteses de Aarão Reis *et al* (2014), Napolitano (2015) e Motta (2021). Sobre a consolidação e agravamento da ditadura, sob diferentes perspectivas, há as contribuições de Fico (2008) e Martins Filho (2019). Examinando a oposição ao regime militar brasileiro nos Estados Unidos ao longo do período 1964-1985, destaca-se o trabalho de Green (2009). Na América Latina – e sobretudo no Cone Sul – essas intervenções militares tiveram um caráter nitidamente mais ambicioso do que as anteriores, pois buscavam uma reorganização radical das estruturas sociais e econômicas de seus respectivos países, incluindo a eliminação física de adversários políticos, adoção de tortura como política de Estado e graves violações de direitos humanos.

Em síntese, ao tentar esboçar uma definição para a Guerra Fria latino-americana, Pettinà (2018) afirma que se pode identificar um processo de transformação sociopolítica e econômica iniciado na América Latina a partir de 1929 e uma segunda dinâmica colocada em marcha pelo conflito bipolar. Ambas se cruzariam a partir de 1946-47 ficando “entrelaçadas até a década de 1980” (Pettiná, 2018, p. 56).

Marcelo Casals (2023) tem a mesma impressão sobre a utilização da categoria Guerra Fria na América Latina. Para o pesquisador chileno, Guerra Fria pode ser uma “categoria analítica produtiva” para se refletir sobre a história

regional do período, já que com ela seria possível “dar conta dos contornos e dinâmicas de uma época fértil, tanto em eventos particulares com ressonâncias mais amplas como de processos gerais compartilhados de alcance regional” (Casals, 2023, p. 21-22). Em primeiro lugar, a categoria daria “sentido e coerência” ao período histórico aproximado do final da década de 1940 ao fim dos anos 1980, de modo a compreender os conflitos que se sucederam como “formas particulares de processo de mais longa duração” (Casals, 2023, p. 22). Em outras palavras, essa perspectiva permitiria compreender a “diversidade de temporalidades inscritas nos conflitos políticos” (Casals, 2023, p. 22). Em segundo lugar, a noção de Guerra Fria permitia “problematizar os marcos espaciais” utilizados por grande parte da historiografia política da região, especialmente no que toca ao “enquadramento nacional”, o que poderia deixar mais claro a “natureza heterogênea e conectada dos espaços (local ao global com camadas intermediárias) nos quais ocorreram esses fenômenos (Casals, 2023, p. 22). Além disso, segundo o mesmo autor, busca-se, dessa forma, escapar da conhecida centralidade exagerada dos Estados Unidos como fator explicativo de todos os acontecimentos políticos da região (Casals, 2023, p. 22).

As possibilidades do alcance analítico dessa abordagem historiográfica ficam evidentes em estudos sobre o ideário, o estabelecimento e a influência da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), sobre o desenvolvimentismo ou teoria da dependência – em suas variadas vertentes (Hernández, 2022; Marchesi, 2017). Esses trabalhos fornecem novas interpretações e trazem novos problemas aos clássicos estudos que tinham buscado integrar, no caso brasileiro, desenvolvimentismo e relações exteriores num horizonte mais longo (Vizentini, 1998 e 2004; Silva, 2014) ou análises de fôlego sobre as relações entre Brasil e Estados Unidos (Moniz Bandeira, 2007).

Ao buscar novas chaves explicativas para o processo histórico ao sul do rio Grande descentralizando as ações de Washington percebe-se também uma história regional latino-americana – as relações diplomáticas dos países da região com Cuba entre 1959 e 1964 (bilaterais e em instâncias multilaterais) são um ótimo exemplo (Keller, 2015) –, além dos contatos internacionais entre movimentos guerrilheiros de esquerda na região (Marchesi, 2019).

Para Casals (2023), a adoção crítica da categoria Guerra Fria também possibilita entabular diálogos com campos distintos da historiografia latino-americana apartados tanto por fronteiras nacionais, como por diferentes temáticas. (Casals, 2023, p. 22). Ele defende que é necessário um diálogo “franco e direto entre tradições historiográficas de diferentes latitudes”, suplantando “diferenças linguísticas” e a assimétrica “geopolítica do conhecimento” (Casals, 2023, p. 58).

Por fim, Pettinà (2018) propõe uma periodização da Guerra Fria latino-americana em quatro fases, de modo a não corresponder com os períodos tradicionalmente divididos para a história do conflito bipolar. Argumenta que na América Latina os primeiros anos do conflito bipolar tiveram impacto indireto e menos violento do que na Europa e Ásia. Mesmo assim, houve uma gradual inversão das dinâmicas de democratização e de ampliação de direitos nos países da América Latina – apesar de que não se tratou de um processo homogêneo pela região (Pettinà, 2018, p. 58). Nessa primeira etapa teria ocorrido uma acumulação de tensões sociais e políticas internas, ao mesmo tempo em que ocorria um aumento das fricções com os EUA. Esse período seria concluído com o golpe de Estado orquestrado pela CIA na Guatemala em 1954 (Pettinà, 2018, p. 58-59). Esse episódio teria evidenciado como as “grandes fraturas ideológicas e geopolíticas produzidas pela Guerra Fria podiam amplificar e radicalizar os conflitos locais, provocando resultados muito dramáticos” (Pettinà, 2018, p. 59).

Contudo, a América Latina, para o mesmo autor, se incorporaria de forma plena “à primeira linha do conflito bipolar” somente com a ocorrência da Revolução Cubana em 1959. O triunfo dela e a posterior incorporação de Cuba ao campo socialista liderado pela URSS representou um ponto de inflexão e levaram a região a uma segunda e “muito mais conflitiva etapa de seu processo de interação com o conflito bipolar”. (Pettinà, 2018, p. 59). Essa etapa de fervor revolucionário, segundo Pettinà (2018), deram a seus defensores a “ilusão” de que a revolução teria os meios e capacidades para alterar as relações de poder dentro das sociedades da América Latina e, mais ainda, a “posição da região no marco do conflito Leste-Oeste” (Pettinà, 2018, p. 59). Atingindo o pico das

tensões bipolares com a Crise dos Mísseis em 1962, essa etapa se concluiria apenas no final da década de 1960.

A transição para uma terceira fase na Guerra Fria latino-americana teria sido o resultado de um desgaste de uma tentativa de ofensiva revolucionária e o começo de uma contraofensiva feroz por parte dos regimes militares da região (Pettinà, 2018, p. 60). Ao longo dos anos 1970, mesmo num país que havia mostrado “melhor capacidade de adaptação” às dinâmicas desencadeadas pela Guerra Fria como no México (Pettinà, 2018, p. 60), houve fenômenos de alta polarização interna com resposta estatal repressiva. Chile e Uruguai teriam golpes de Estado somando-se aos regimes militares do Brasil e da Argentina. Enquanto a Europa estava vivendo o processo de distensão, a América Latina tinha um aumento da violência interna, radicalização política e autoritarismo.

A quarta e última fase da Guerra fria na América Latina tomou corpo na década de 1980 quando os processos de “polarização e conflitos internos” se deslocaram da América do Sul para a América Central, que se transformaram em “teatros de cruentas guerras civis”. (Pettinà, 2018, p. 61). Nessa fase, observa-se um “realinhamento e convergência” dos tempos históricos do continente com a “cronologia e dinâmicas gerais da Guerra Fria” ditas tradicionais (Pettinà, 2018, p. 61). Em síntese, tomando-se a América Latina como um todo, Pettinà (2018) argumenta que a região não experimentou “em nenhum momento pausas de distensão”, como ocorreu na Europa no final dos anos 1950 e ao longo da década de 1970 (Pettinà, 2018, p. 61). A desmantelamento da URSS e a conclusão do conflito Leste-Oeste permitiu uma difícil e progressiva transição e distensão dos conflitos internos.

Conclusão

A integração e análise crítica da literatura em língua inglesa, espanhola e portuguesa permanece ainda um dos principais desafios para um avanço ainda mais robusto das pesquisas no campo da Guerra Fria latino-americana. A categoria histórico-conceitual “Guerra Fria” tem a capacidade de marcar temporalmente e, ao mesmo tempo, indicar as limitações de fundo no cenário

internacional. Ao redefinir e problematizar novamente categorias clássicas como anticomunismo, revolução, modernização e nacionalismo, a categoria Guerra Fria pode carregar grande potencial integrador e explicativo.

Além disso, a integração temática entre história diplomática, política doméstica, temas de desenvolvimento econômico, história social e do trabalho, intercâmbios culturais, estudos de gênero, feministas e LGBTQIA+ podem fornecer novas e originais maneiras de se analisar temas clássicos na literatura da Guerra Fria.

A história política de forças moderadas ou reformistas, coligações políticas e abordagens que foquem em categorias de análise como acomodação e negociação em relações assimétricas – tanto nas relações entre ditaduras/sociedades civis ou EUA/América Latina – podem possibilitar novas e promissoras avenidas de pesquisa para a região. Além disso, a Guerra Fria cultural na América Latina pode ser uma interessante janela de entrada multidisciplinar no conflito bipolar ao estabelecer interações, trajetórias individuais e interconexões. Por fim, o debate sobre a periodização da Guerra Fria importa para evidenciar as dificuldades nas generalizações sobre o conflito na região, seus diferentes intervalos históricos e marcar distinções em relação ao marco mais geral da Guerra Fria.

Bibliografia

- Aarão Reis, Daniel; Ridenti, Marcelo; Motta, Rodrigo. **A Ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- Booth, William A. Rethinking Latin America's Cold War. **The Historical Journal**, 64, 4, p. 1128-1150, 2021.
DOI: <https://doi.org/10.1017/S0018246X20000412>
- Brands, Hal. **Latin America's Cold War**. Cambridge: Harvard University Press, 2010.
- Calandra, Benedetta; Franco, Marina. **La guerra fría cultural em América Latina**. Desafíos y límites para una nueva mirada de las relaciones interamericanas. Buenos Aires: Biblos, 2012.
- Canceli, Elizabeth; Mesquita, Gustavo; Chaves, Wanderson. **Guerra Fria e Brasil: Para a Agenda de Integração do Negro na Sociedade de Classes**. São Paulo: Alameda, 2020.

Casals, Marcelo. Otros espacios, otras temporalidades. La Guerra Fría y la historiografía política latino-americana. In: Pettinà, Vanni (ed.) **La Guerra Fría latinoamericana y sus historiografías**. Madrid: AHILA/UAM, 2023.

_____. Which borders Have not yet Been Crossed? A Supplement to Gilbert Joseph's Historiographical Balance of the Latin American Cold War. **Cold War History**, 20:3, p. 367-372, 2020.

Caterina, Gianfranco. Quem detém o interesse nacional? O malogro da cooperação entre a Companhia Industrial de Rochas Betuminosas e a URSS no setor de gás de xisto no Brasil (1959-1973). **Latin American Research Review**, 58, p. 129-143, 2023.

Certeau, Michel de. **A Escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

Chirio, Maud. **Politics in Uniform: Military Officers and Dictatorship in Brazil, 1960-80**. Pittsburgh, University of Pittsburgh Press, 2018.

Cowan, Benjamin. **Securing Sex: Morality and Repression in the Making of Cold War Brazil**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2016.

De Haan, Francisca. La Federación Democrática Internacional de Mujeres (FDIM) y América Latina, de 1945 a los años setenta. In: Valobra, Adriana; Yusta, Mercedes (ed.). **Queridas camaradas: Historias ibero-americanas de mujeres comunistas**. Buenos Aires, Miño y Dávila, 2017.

Espeche, X. ., & Ehrlich, L. Presentación: Guerra fría cultural en América Latina: prácticas del saber en conflicto. **Prismas - Revista De Historia Intelectual**, 23(2), p. 173–179, 2019. Recuperado a partir de https://prismas.unq.edu.ar/OJS/index.php/Prismas/article/view/Espeche_Ehrlich_prismas23.

Fazio Vengoa, H. América Latina vista por los académicos soviéticos: preámbulo de las relaciones ruso-latinoamericanas. **Historia Crítica**, 1(15), p. 31-49, 1997. <https://doi.org/10.7440/histerit15.1997.02>.

Ferreira, Roberto Garcia; Arriola, Arturo Tarracena (ed.). **La Guerra Fría y el anticomunismo en Centroamérica**. Ciudad de Guatemala: FLACSO, 2017.

Fico, Carlos. **O Grande Irmão: da Operação Brother Sam aos Anos de Chumbo**, 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

Field Jr., Thomas; Krepp, Stella; Pettinà, Vanni (ed.). **Latin America and the Global Cold War**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2020.

Field Jr., Thomas. Bolivia between Washington, Prague, and Havana, The Limits of Nationalism, 1960-1964. In: Field Jr., Thomas; Krepp, Stella; Pettinà, Vanni (ed.). **Latin America and the Global Cold War**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2020.

Friedman, Max. Retiring the Puppets, Bringing Latin America Back In: Recent Scholarship on United States-Latin American Relations. **Diplomatic History**, 27 (5), pp. 621-636, Nov. 2003.

Grandin, Greg. Coming to Terms with the Violence of Latin America's Long Cold War. In: Joseph, Gilbert; Grandin, Greg (eds.). **A Century of Revolution. Insurgent and Counterinsurgent Violence During Latin America's Long Cold War**. Durham/London: Duke University Press, 2010.

Green, James N. **Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. **Revolucionário e gay: a extraordinária vida de Herbert Daniel – Pioneiro na luta pela democracia, diversidade e inclusão**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

Harmer, Tanya. The Cold War in Latin America. In: Kalinovsky, Artemy M.; Daigle, Craig (eds.). **The Routledge Handbook of the Cold War**. London/New York: Routledge, 2014.

_____. **El Gobierno de Allende y la Guerra Fría Interamericana**. Santiago: Universidad Diego Portales, 2013.

Hernández, Maria. **The World That Latin America Created: The United Nations economic Commission for Latin America in the Development Era**. Cambridge: Harvard University Press, 2022.

Hershberg, James G. Soviet-Brazilian Relations and the Cuban Missile Crisis. **Journal of Cold War Studies**, Vol. 22, No. 1, p. 175–209, Winter 2020. https://doi.org/10.1162/jcws_a_00930.

Hilton, Stanley. **Brazil and the Soviet Challenge (1917-1947)**. Austin: University of Texas Press, 1991.

Iber, Patrick. **Neither peace nor freedom: the cultural Cold War in Latin America**. Cambridge, Harvard University Press, 2015.

Ioris, Rafael. A tale of missed opportunities: The Cold War in Brazil. **History Compass**, e12799, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1111/hic3.12799>

Ioris, Rafael; Loureiro, Felipe. Por uma perspectiva desarrollista de la Guerra Fría latino-americana. In: Pettinà, Vanni (ed.) **La Guerra Fría latinoamericana y sus historiografías**. Madrid: AHILA/UAM, 2023.

Ioris, Rafael; Pettina, Vanni. Debating Latin America's Cold War: A vision from the south. **History Compass**, e12759, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1111/hic3.12759>

Isaac, Joel; Bell, Duncan. Introduction. In: Isaac, Joel; Bell, Duncan (eds.). **Uncertain Empire: American History and the Idea of the Cold War**. New York: Oxford University Press, 2012.

Joseph, Gilbert. Border crossings and the remaking of Latin American Cold War studies. **Cold War History**, 19 (1), p. 141-170, 2019.

_____. Latin America's Long Cold War: A Century of Revolutionary Process and U.S. Power. In: Joseph, Gilbert; Grandin, Greg (eds.). **A Century of Revolution. Insurgent and Counterinsurgent Violence During Latin America's Long Cold War**. Durham/London: Duke University Press, 2010.

_____. What We Know and Should Know: Bringing Latin America More Meaningfully into Cold War Studies. In: Joseph, Gilbert; Spenser, Daniela

(eds.). **In from the Cold**. Latin American's New Encounter with the Cold War. Durham/London: Duke University Press, 2008.

Keller, Renata. Latin American Missile Crisis. **Diplomatic History**, 39 (2), 2015.

Koivunen, Pia. **Performing Peace and Friendship**: The World Youth Festivals and Soviet Cultural Diplomacy. Berlin, Boston: De Gruyter Oldenbourg, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1515/9783110761160>

Loureiro, Felipe. The Alliance for Progress and President João Goulart's Three-Year Plan: the deterioration of U.S.-Brazilian Relations in Cold War Brazil (1962). **Cold War History**, vol. 17, no. 1, 2017.

Manzano, Valeria. **The Age of Youth in Argentina**: Culture, Politics, and Sexuality from Perón to Videla. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2014.

_____. Al compás del deshielo: cultura y política entre Buenos Aires y Moscú. **Prismas, Revista de historia intelectual**, nº 23, p. 211-217, 2019.

Marchesi, Aldo; Markarian, Vania. Solari y Trías: Dos trayectorias intelectuales en la guerra fría. **Prismas, Revista de historia intelectual**, nº 23, p. 227-233, 2019.

Marchesi, Aldo. **Latin America's Radical Left**. Rebellion and Cold War in the Global 1960s. New York: Cambridge University Press, 2018.

_____. Escribiendo la Guerra Fría Latinoamericana: entre el Sur 'local' y el Norte 'global'. **Estudios Históricos**, 30, (60), p. 187-202, jan./abr. 2017.

Martins Filho, João Roberto. **O palácio e a caserna**: a dinâmica militar das crises políticas da ditadura (1964-1969). São Paulo: Alameda, 2019.

Moniz Bandeira, Luiz Alberto. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

Moreli, Alexandre; Caterina, Gianfranco. Cold War Oil, Development, and Political Unrest: The Brazilian Experience. **Diplomatic History**, 48 (2), p. 245-274, Abr. 2024.

Motta, Rodrigo P. Sá. **Passados presentes**: O golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

Napolitano, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2015.

Oliveira, Fernanda C. The IMF as a 'mantle of multilateral anonymity': US-IMF-Brazil relations, 1956–9. **Cold War History**, 23 (1), pp. 1-21, 2023.

Opatrný, Josef et al. **Las Relaciones entre Checoslovaquia y América Latina 1945-1989** en los Archivos de la República Checa. Praga: Editorial Karolinum, 2015.

Pedemonte, Rafael. **Guerra por las ideas en América Latina, 1959-1973: presencia soviética en Cuba y Chile**. Santiago de Chile: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2020.

Pettinà, Vanni (ed.) **La Guerra Fría latinoamericana y sus historiografías**. Madrid: AHILA/UAM, 2023.

_____. Las historiografías y la Guerra Fría latino-americana. In: Pettinà, Vanni (ed.) **La Guerra Fría latinoamericana y sus historiografías**. Madrid: AHILA/UAM, 2023.

_____. Mexican-Soviet Encounters in the Early 1960s, Tractors of Discord. In: Field Jr., Thomas; Krepp, Stella; Pettinà, Vanni (ed.) **Latin America and the Global Cold War**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2020.

_____. **Historia mínima de la Guerra Fría em América Latina**. México: El Colégio de México, 2018 (Primera edición eletrónica).

Power, Margaret. Who but a woman? The Transnational Diffusion of Anti-Communism Among Conservative Women in Brazil, Chile, and the United States during the Cold War. **Journal of Latin American Studies**, 47 (1), p. 93-119, Feb. 2015.

Ridenti, Marcelo. **O segredo das senhoras americanas: intelectuais, internacionalização e financiamento na Guerra Fria cultural**. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

_____. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: Aarão Reis, Daniel; Ridenti, Marcelo; Motta, Rodrigo. **A Ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. **Brasilidade revolucionária: um século de cultura e política**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

Rojas, Rafael. Intelectuales, izquierdistas y transiciones en la Guerra Fría latino-americana. In: Pettinà, Vanni (ed.) **La Guerra Fría latinoamericana y sus historiografías**. Madrid: AHILA/UAM, 2023.

Rostica, Julieta; Sala, Laura. La guerra fría em América Latina y los estudios transnacionales. Introducción. **Secuencia** (111), sep-dic. 2021. DOI: <https://doi.org/10.18234/secuencia.voi111.2029>.

Rupprecht, Tobias. Socialist high modernity and global stagnation: a shared history of Brazil and the Soviet Union during the Cold War. **Journal of Global History**, 6, p. 505-528, November 2011.

_____. **Soviet Internationalism after Stalin: Interaction and Exchange between the USSR and Latin America during the Cold War**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

Sánchez Nateras, Gerardo. 'A Similiar Detente': Mexico's Central American Policy, 1978-1982. **Latin American Research Review**, 59, p. 361-376, 2024. DOI: [10.1017/lar.2023.32](https://doi.org/10.1017/lar.2023.32).

Silva, Francisco Teixeira da. O Brasil no Mundo. In: Aarão Reis, Daniel (coord.) **História do Brasil Nação: 1808-2010, Volume 5, Modernização, Ditadura e Democracia**. Rio de Janeiro: Mapfre: 2014.

Spenser, Daniela. **The Impossible Triangle**. Mexico, Soviet Russia, and the United States in the 1920s. Durham/London: Duke University Press, 1999.

Stephanson, Anders. Cold War Degree Zero. In Isaac, Joel; Bell, Duncan (eds.). **Uncertain Empire: American History and the Idea of the Cold War**. New York: Oxford University Press, 2012.

Tota, Antonio Pedro. **O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **O amigo americano: Nelson Rockefeller e o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

Vizentini, Paulo F. **A Política Externa do Regime Militar Brasileiro**. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

_____. **Relações exteriores do Brasil (1945-1964): o nacionalismo e a política externa independente**. Petrópolis: Vozes, 2004.

Walcher, Dustin. Petroleum Pitfalls: The United States, Argentine Nationalism, and the 1963 Oil Crisis. **Diplomatic History**, 37, no. 1, p. 24–57, 2013.

Westad, Odd A. Exploring the Histories of the Cold War. A Pluralist Approach. In: Isaac, Joel; Bell, Duncan (eds.). **Uncertain Empire: American History and the Idea of the Cold War**. New York: Oxford University Press, 2012.

Zourek, Michal. **Praga y los intelectuales latinoamericanos, 1947-1959**. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2019.

_____. **Checoslovaquia y el Cono Sur 1945-1989**. Praga: Universidad Carolina de Praga, Editorial Karolinum, 2014.

*Recebido em Outubro de 2024
Aprovado em Abril de 2025*